Fundação Getulio Vargas **Tópico:** CPS
11/11/2010
Agência Brasil - DF **Editoria:** Últimas Notícias **Pg:** Online

Estudo mostra que emprego no Rio cresceu mais na periferia depois da implantação do bilhete único

(Vitor Abdala e Vinicius Doria)

Rio de Janeiro - O bilhete único de transporte intermunicipal na região do Grande Rio proporcionou ganhos no orçamento familiar e pode ter contribuído para a expansão do emprego formal nos municípios periféricos da capital fluminense. A conclusão é de um estudo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV), feito a pedido do governo do Rio e divulgado hoje (11). Segundo a pesquisa, o custo médio diário do transporte intermunicipal em julho de 2009 era de R$ 17,04 no Rio de Janeiro, o mais alto entre as sete capitais pesquisadas pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), da FGV. Como o bilhete único permite ao passageiro gastar, no máximo, R$ 8,80 por dia com a condução, a economia diária chega a R$ 8,24, isto é, quase metade do valor que o trabalhador gastava antes para ir e voltar do trabalho. Como o bilhete único é subsidiado pelo governo, o coordenador do estudo, Marcelo Neri, acredita que o programa funcione como uma transferência indireta de recursos do estado para os usuários do transporte. “O subsídio gera uma injeção no orçamento das pessoas de, em média, R$ 2,62 por dia por usuário. Se somarmos todos os dias, temos R$ 50 por mês, por beneficiário, em média. Que acabam indo para as pessoas de mais baixa renda. É uma espécie de Bolsa Família”, disse. A redução no custo do transporte intermunicipal também pode ter provocado um efeito positivo na geração de empregos nos municípios adjacentes à capital fluminense, já que o bilhete único beneficia, principalmente, os moradores da região metropolitana que, em geral, trabalham na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a FGV, a periferia (municípios do Grande Rio com exceção da capital) ampliou a participação no total de empregos gerados no estado de 17,49%, em 2009, para 18,64%, este ano. Enquanto isso, a capital e os municípios do interior reduziram as respectivas participações no total de empregos gerados entre 2009 e 2010. Segundo Marcelo Neri, a redução nos gastos com transporte estimula a contratação formal, já que o custo para o empregador fica menor. O estudo da FGV também propõe melhorias no sistema de bilhetagem, como o uso do cadastro do Programa Bolsa Família, do governo federal, para identificar as pessoas mais carentes que poderiam receber subsídios maiores. Outra sugestão é que o bilhete intermunicipal do governo do estado se integre ao recém-criado bilhete único carioca, da prefeitura do Rio, para proporcionar melhor aproveitamento do sistema. Os pesquisadores também propõe que o governo do estado use as informações do banco de dados do bilhete único para premiar, com créditos, as empresas de transporte coletivo mais eficientes e punir, com a retirada de subsídios, as empresas que apresentarem mais atrasos. Como o bilhete precisa ser usado num prazo de duas horas e meia, atrasos significam prejuízo para o passageiro.